



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
GABINETE DA SECRETÁRIA

PROCESSO SEDS Nº 012.00002685/2023-30

TERMO ADITIVO

7º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES E A ASSOCIAÇÃO MOGIANA DE AÇÕES PARA A CIDADANIA – AMAC, OBJETIVANDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DE QUALIDADE A PREÇOS ACESSÍVEIS À POPULAÇÃO CARENTE, NA UNIDADE MOGI DAS CRUZES II – JUNDIAPEBA DO “RESTAURANTE POPULAR” INSTITUÍDO PELO DECRETO N. 45.547, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2000.

O Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Desenvolvimento Social, com sede na Rua Boa Vista, n.º 170, 5º Andar, Bloco 5, Centro, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 69.122.893/0001-44, representada neste ato, pela Secretária Executiva, respondendo pelo expediente, **GILBERTO NASCIMENTO SILVA JUNIOR**, portador da cédula de identidade RG n.º 26.441.441-x e inscrito no CPF/MF sob n.º 214.810.808-57, devidamente autorizado na forma do Decreto n. 45.547, de 26 de dezembro de 2000, doravante **SECRETARIA**, o Município de Mogi das Cruzes, inscrito no CNPJ n. 46.523.270/0001-88, com sede na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, n.º 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes/SP, neste ato devidamente representada por seu Prefeito, **CAIO CESAR MACHADO DA CUNHA**, RG 27.778.878-X, CPF 275.982.388-12, doravante **MUNICÍPIO** e, de outro lado, **ASSOCIAÇÃO MOGIANA DE AÇÕES PARA A CIDADANIA – AMAC**, com sede na Rua Professor Flaviano de Melo, n.º 378, Centro, Mogi das Cruzes/SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.604.585/0001-00, representada neste ato, por seu Presidente, **SIDNEI SHOJI MORI**, portador da cédula de identidade RG n.º 6.144.767-5 e inscrito no CPF/MF sob n.º 009.690.298-10, doravante **OSC**, com fundamento no que dispõem a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e o Decreto Estadual n.º 61.981, de 20 de maio de 2016, e suas alterações, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
GABINETE DA SECRETÁRIA

PROCESSO SEDS Nº 012.00002685/2023-30

As Partes acima identificadas têm entre si, justo e acordado, o presente ADITAMENTO que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir.

Quando mencionadas em conjunto serão denominadas ("Partes"), e separadamente como ("Parte").

CONSIDERANDO QUE:

- I. ANEXO I refere-se ao Plano de Trabalho datado de 01/04/2024, devidamente validado e assinado;
- II. O Termo de Ciência e Notificação referente as análises e julgamento do Tribunal de Contas, devidamente assinado pela OSC, também é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADEQUAÇÃO

1.1. Fica a partir da data de celebração deste Termo de Aditamento, alterado o Plano de Trabalho original, devendo ser substituído pelo que passa a integrar este termo como Anexo I, objetivando o acréscimo de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) ao valor total da parceria, para a realização de serviços de adequação na unidade, necessária à execução do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

2.1. Fica modificada a Cláusula Sexta do instrumento original, para acrescer a importância de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), do programa de trabalho 08.306.3518.6001.0000, onerando a U.O. 35009 – Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional/ COSAN, U.G.O. 350018, U.G.E. 350173, natureza da despesa 335043 (custeio), ao valor da parceria, que passará a importar em R\$ 5.647.090,00 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e sete mil e noventa reais).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
GABINETE DA SECRETÁRIA

PROCESSO SEDS Nº 012.00002685/2023-30

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1. As demais cláusulas e condições estipuladas continuam em vigor.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

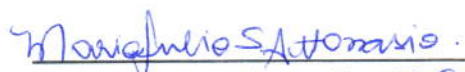
São Paulo, 03 de abril de 2024.


GILBERTO NASCIMENTO SILVA JUNIOR
Secretário de Desenvolvimento Social

CAIO CESAR MACHADO DA CUNHA
Prefeito do Município


SIDNEI SHOJI MORI
Presidente

Testemunhas:



Nome: Maria Júlio Santos Attonasio

RG: 53.709.845-0



Nome: Júlia Zili

RG: 55.199.904-2



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS

Órgão: Secretaria de Desenvolvimento Social		CNPJ/CPF: 69.122.893/0001-44	
Endereço: Rua Boa Vista, nº 170 – 5º Andar – Bloco 5 – Centro			
Cidade: São Paulo	UF: SP	CEP: 01014-930	Telefone: (11) 2763-8358
Nome do responsável: Gilberto Nascimento Silva Junior			C P F 214.810.808-57
R.G. 26.441.441-x	Órgão Expedidor: SSP	Cargo: Secretário Executivo	

Órgão: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes		CNPJ/CPF: 46.523.270/0001-88	
Endereço: Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 277 – Centro			
Cidade: Mogi das Cruzes	UF: SP	CEP: 08780-900	Telefone: (11) 4798-5000
Nome do responsável: Caio Cesar Machado da Cunha			C P F 275.982.388-12
R.G. 22.778.878-X	Órgão Expedidor: SSP/SP	Cargo: Prefeito	

2 – OSC

Nome: Associação Mogiana de Ações para a Cidadania – AMAC		CNPJ/CPF: 04.604585/0001-00	
Endereço: Rua Professor Flaviano de Mello, nº 378			
Cidade: Mogi das Cruzes	UF: SP	CEP: 08710-620	Telefone: (11)4729-5302
Nome do responsável: Sidnei Shoji Mori			C P F 009.690.298-10
R.G. 6.144.767-5	Órgão Expedidor: SSP/SP	Cargo: Presidente	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

3 - DO OBJETO

Constitui o objeto deste Plano de Trabalho, a realização de Chamamento Público tendo em vista a seleção de Organização da Sociedade Civil, para firmar Termo de Colaboração com o Estado em parceria com a Prefeitura de Mogi das Cruzes, para instalação e fornecimento de refeições, gerenciamento e manutenção do “Restaurante Popular Bom Prato”, instituído pelo Decreto nº 45.547, de 26 de dezembro de 2000, e alterações posteriores – Unidade **MOGI DAS CRUZES II – JUNDIAPEBA**.

4 - DAS METAS

A – Adequação do imóvel, conforme layout e projeto executivo a ser elaborado;

B – Aquisição e instalação de equipamentos, mobiliário e utensílios, conforme relação que será disponibilizada após a elaboração do projeto executivo;

Obs.: Para a implantação da Unidade deverão ser observadas as normas no Manual de Implantação.

C – Fornecimento de **800 (oitocentas)** refeições/almoço diárias, sendo **80 (oitenta)** destinadas às crianças com até 06 (seis) anos de idade e **720 (setecentos e vinte)** aos adultos, equilibradas e de boa qualidade, às pessoas carentes, adultos e/ou crianças, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, no horário das 11 (onze) horas até o término da cota diária, ao valor total de **R\$ 7,10 (dez reais de dez centavos)**, deduzindo o valor de **R\$ 1,00 (um real)** pago pelo usuário, sendo que as crianças até 6 (seis) anos são isentas deste pagamento.

Obs.: No caso de não haver o número máximo de crianças, as refeições poderão ser direcionadas aos adultos, desde que não ultrapasse a cota total diária.

Obs.2: O início dos trabalhos se dará com até 30 (trinta) minutos de antecedência exclusivamente para atendimento prioritário.

D – Fornecimento **300 (trezentos)** refeições/café da manhã diários, equilibradas e de boa qualidade, às pessoas carentes, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, no horário das 07h00m (sete horas da manhã) até 09h00m (nove horas da manhã), ao valor total de **R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos)**, deduzindo o valor de **R\$ 0,50 (cinquenta centavos)** pago pelo usuário.

E - Fica prorrogada a distribuição de refeições gratuitas pelo período de **01/01/2024 a 04/04/2024**.

F - Disponibilizar refeições gratuitas aos moradores de rua não albergados, que estejam munidos do cartão de identificação com o respectivo código verificador, pelo período de **04/04/2024 a 31/12/2024**.

G - Fica ampliado o atendimento da unidade pelo período de **01/04/2024 a 31/12/2024**, com o acréscimo de **300 (trezentas)** refeições/jantar no horário das 17hrs às 19hrs de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados.

G - Integrar os usuários nas demais atividades desenvolvidas pela OSC.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

Obs.: Os parâmetros e critérios técnicos para a realização dos trabalhos estão estabelecidos no Manual de Boas Práticas e no POP – Procedimento Operacional Padronizado disponibilizado pela Gerência Técnica do Programa/COSAN.

Obs.: Os parâmetros e critérios técnicos para a realização dos trabalhos estão estabelecidos no Manual de Boas Práticas e no POP – Procedimento Operacional Padronizado disponibilizado pela Gerência Técnica do Programa/COSAN.

5 - DA VIGÊNCIA

- a) A vigência da parceria a ser celebrada, diante de sua natureza é limitada ao período de 12 (doze) meses.
- b) Durante a execução da parceria é vedada a alteração de seu objeto, podendo a parceria ser prorrogada por comum acordo entre as partes.
- c) Fica prorrogada a parceria pelo período de 05/04/2023 a 04/04/2024.
- d) Fica prorrogado a atendimento com dispensa de pagamento pelo período de **01/04/2024 a 31/12/2024**.

6 - DOS INDICADORES

- a) Quantitativos 1: O número de refeições efetivamente servidas será aferido através de sistema eletrônico, com a leitura do cartão magnético entregue ao usuário no ato do pagamento da refeição.
- b) Quantitativo 2: A unidade deverá atingir, no mínimo 85%, do número de refeições previstas.
- c) Qualitativo 1: A Entidade gestora deverá atingir no mínimo 75% de aprovação, considerando-se os quesitos “bom” e “ótimo”, na pesquisa de satisfação realizada anualmente pela SEDS.
- d) Qualitativo 2: A unidade deverá ter um índice de aprovação superior a 70% nos relatórios de vistoria das Equipes de Monitoramento (Nutrição e Operacional).

7 - DA LOCALIZAÇÃO

O fornecimento das refeições, gerenciamento e manutenção para a execução do objeto do presente Plano de Trabalho, ocorrerá no “Restaurante Popular” Bom Prato – Unidade **Mogi das Cruzes II – Jundiapéba**, localizado na Av. João de Souza Branco, s/ nº, Bairro: Jundiapéba, CEP: 08750-610, Mogi das Cruzes/SP



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

8 - DA EXECUÇÃO

- a) Da adequação do imóvel e aquisição e instalação de equipamentos e utensílios: Da data de assinatura, até o início das atividades de fornecimento das refeições.
- b) Do início do funcionamento do “Restaurante Popular” Bom Prato: 01/06/2022.
- c) Para o desenvolvimento das atividades na Unidade, a OSC gestora deverá disponibilizar, no mínimo, a seguinte Equipe para o preparo e fornecimento das refeições: 01 Nutricionista, 01 Gerente, 01 Cozinheiro, 01 Meio-Oficial, 09 Auxiliares de Cozinha, 01 Auxiliar Administrativo/Caixa, 01 Ajudante Geral, totalizando 15 funcionários exclusivos para a unidade.
- d) Os parâmetros e critérios técnicos para a realização dos trabalhos estão estabelecidos no Manual de Boas Práticas e no POP – Procedimento Operacional Padronizado, disponibilizado pela Equipe Técnica da COSAN. Adaptáveis a realidade e reconhecimento das necessidades da Unidade.
- e) O Município será o responsável pela adequação do imóvel disponibilizado para instalação do Restaurante Popular.

9 - DOS RECURSOS

a) Da Secretaria de Desenvolvimento Social

A Secretaria de Desenvolvimento Social repassará à entidade conveniente, recursos correspondentes a R\$ 3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos) por refeição/almoço fornecida para crianças e R\$ 3,05 (três reais e cinco centavos) por refeição/almoço servida para adultos, já deduzida dessa importância o valor de R\$ 1,00 (um real) pago pelo usuário e o valor de R\$ 3,05 (três reais e cinco centavos) pago pela Prefeitura, sendo que crianças até 06 (seis) anos são isentas de pagamento. Também repassará a importância de R\$ 0,95 (noventa e cinco centavos) por café da manhã fornecido, já deduzido o valor de R\$ 0,95 (noventa e cinco centavos) pagos pela Prefeitura e R\$ 0,50 (cinquenta centavos) pago por todos os usuários.

Os recursos a serem desembolsados pela SECRETARIA correspondem a um repasse à OSC na ordem de R\$ 1.591.710,00 (um milhão quinhentos e noventa e um mil setecentos e dez reais) sendo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a adequação do imóvel e aquisição e instalação de equipamentos no exercício de 2022 e R\$ 591.710,00 (quinhentos e noventa e um mil setecentos e dez reais) para o fornecimento de refeições no período de 01/06/2022 à 04/04/2023.

01- A Secretaria de Desenvolvimento Social repassará à entidade conveniente, recursos correspondentes a R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) destinados as refeições que serão servidas com dispensa de pagamento referente aos usuários, conforme **anexo I**, para no exercício de 2023.

02- Em virtude da prorrogação da vigência, os recursos a serem desembolsados pela SECRETARIA correspondem a um repasse à OSC estão fixados na ordem de R\$ 691.250,00 (seiscentos e noventa e um mil e duzentos e cinquenta reais), para o período de 05/04/2023 à 04/04/2024, sendo as quantias distribuídas da seguinte forma: R\$ 508.760,00 (quinhentos e oito mil e setecentos e sessenta reais) para o exercício de 2023, R\$ 182.490,00 (cento e oitenta e dois mil e quatrocentos e noventa reais) para o exercício de 2024.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

A Secretaria de Desenvolvimento Social repassará à entidade conveniente, recursos correspondentes a **R\$ 13.275,00** (treze mil e duzentos e setenta e cinco reais) destinados as refeições que serão servidas com dispensa de pagamento referente aos usuários, no exercício de **2023**, conforme demonstrado no **anexo II**.

03- A Secretaria de Desenvolvimento Social repassará à entidade conveniente, recursos correspondentes a **R\$ 18.600,00** (dezoito mil e seiscientos reais) destinados as refeições que serão servidas com dispensa de pagamento referente aos usuários, no exercício de 2023, conforme **anexo III**.

04- A Secretaria de Desenvolvimento Social repassará a OSC parceira recursos correspondentes à R\$ 14.250,00 (quartoze mil e duzentos e cinquenta reais) referente a alteração dos valores do custeio das refeições, para o período de **01/01/2024 a 04/04/2024**, conforme **anexo IV**.

05- A **Secretaria de Desenvolvimento Social** repassará à entidade conveniente, recursos correspondentes a **R\$ 358.980,00** (trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e oitenta reais) destinados as refeições jantares que serão servidas no exercício de **2024**, conforme **anexo V**.

06- A **Secretaria** repassará à **OSC** parceira recursos correspondentes à **R\$4.400,00** (quatro mil e quatrocentos reais) destinados a adequação de imóvel, no exercício de **2024**, conforme descrito no **anexo VI**.

b) Da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

A Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes repassará à OSC parceira, recursos correspondentes a **R\$ 3,55** (três reais e cinquenta e cinco centavos) por refeição/almoço fornecida para crianças e **R\$ 3,05** (três reais e cinco centavos) por refeição/almoço servida para adultos, além de **R\$ 0,95** (noventa e cinco centavos) por café da manhã fornecido.

Os recursos a serem desembolsados pela **PREFEITURA** correspondem a um repasse à **OSC** na ordem de **R\$ 591.710,00** (quinhentos e noventa e um mil setecentos e dez reais) para o custeio das refeições no período de **01/06/2022 a 04/04/2023**.

Em virtude da prorrogação da vigência, os recursos a serem desembolsados pela **PREFEITURA** correspondem a um repasse à **OSC** estão fixados na ordem de **R\$ 691.250,00** (seiscientos e noventa e um mil e duzentos e cinquenta reais), para o período de **05/04/2023 à 04/04/2024**, sendo as quantias distribuídas da seguinte forma: **R\$ 508.760,00** (quinhentos e oito mil e setecentos e sessenta reais) para o exercício de **2023**, **R\$ 182.490,00** (cento e oitenta e dois mil e quatrocentos e noventa reais) para o exercício de **2024**, conforme demonstrado no anexo II, que é parte integrante deste Plano de Trabalho.

07- A Prefeitura não fará repasse financeiro para essas refeições excepcionais de jantar 2º a 6º, pelo período de **01/04/2024 à 31/12/2024**.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

c) Da OSC.

A OSC se compromete a complementar a execução do objeto, com recursos próprios, se for o caso. Executará a administração e gestão da Unidade, além de fornecer o Know how necessário para a execução das atividades inerentes ao programa.

A OSC executará o preparo das refeições direta ou indiretamente, a administração e gestão da Unidade, disponibilizará integrantes para acompanhamento e distribuição das refeições, além do Gerente, que será o seu representante presente.

As despesas realizadas pela OSC deverão ser estritamente atreladas ao objeto e finalidades contempladas neste Plano de Trabalho, zelando pela efetiva razoabilidade dos preços praticados com as despesas previstas, tudo com vistas a resguardar os princípios aplicáveis à utilização de recursos públicos, respeitando-se a natureza jurídica do repasse.

Do subsídio – Custeio das Refeições Da Secretaria e da Prefeitura

MOGI II - JUNDIAPEBA

Vigência
Início das atividades

05/04/2022	A	04/04/2023
01/06/2022	a	04/04/2023

ESPECIFICAÇÃO DOS VALOR POR TIPO DE REFEIÇÃO		
REFEIÇÃO TIPO	VALOR UNITÁRIO	REFEIÇÕES/DIA
CAFÉ DA MANHÃ	R\$ 0,95	300
CRIANÇA	R\$ 3,55	80
ADULTO	R\$ 3,05	720
TOTAL DE REFEIÇÕES / Almoço dia		800

QUANTIDADE DE REFEIÇÕES		
REFEIÇÃO TIPO	2021	2022
CAFÉ DA MANHÃ	44.400	19.800
CRIANÇA	11.840	5.280
ADULTO	106.560	47.520
TOTAL ALMOÇO	118.400	52.800
TOTAL GERAL	162.800	72.600

TOTAIS	
	64.200
	17.120
	154.080
	171.200
	235.400

VALOR DAS REFEIÇÕES SUBSÍDIO			
REFEIÇÃO TIPO	2021	2022	
CAFÉ	R\$ 42.180,00	R\$ 18.810,00	
CRIANÇA	R\$ 42.032,00	R\$ 18.744,00	
ADULTO	R\$ 325.008,00	R\$ 144.936,00	
TOTAL ALMOÇO	R\$ 367.040,00	R\$ 163.680,00	
TOTAL PERÍODO	R\$ 409.220,00	R\$ 182.490,00	

TOTAIS	
R\$	60.990,00
R\$	60.776,00
R\$	469.944,00
R\$	530.720,00
	R\$ 591.710,00

CUSTO AO MÊS

ANO					
2022			2023		
JAN	0	-	JAN	22	R\$ 60.830,00
FEV	0	-	FEV	19	R\$ 52.535,00
MAR	0	-	MAR	23	R\$ 63.595,00
ABR	0	-	ABR	2	R\$ 5.530,00
MAI	0	-	MAI	0	R\$ -
JUN	21	58.065,00	JUN	0	R\$ -
JUL	21	58.065,00	JUL	0	R\$ -
AGO	23	63.595,00	AGO	0	R\$ -



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

SET	21	58.065,00	SET	0	R\$	-
OUT	20	55.300,00	OUT	0	R\$	-
NOV	20	55.300,00	NOV	0	R\$	-
DEZ	22	60.830,00	DEZ	0	R\$	-
DIAS	148	R\$ 409.220,00	DIAS	66	R\$	182.490,00

Do Valor pago pelo usuário

ESPECIFICAÇÃO DOS VALOR POR TIPO DE REFEIÇÃO		
REFEIÇÃO TIPO	VALOR UNITÁRIO	Refeições/Dia
CAFÉ DA MANHÃ	R\$ 0,50	300
CRIANÇA	R\$ 0,00	80
ADULTO	R\$ 1,00	720
TOTAL DE REFEIÇÕES / Almoço dia		800

CUSTO TOTAL PARA O USUÁRIO		
REFEIÇÃO TIPO	2022	2023
CAFÉ	R\$ 22.200,00	R\$ 9.900,00
CRIANÇA	R\$ -	R\$ -
ADULTO	R\$ 106.560,00	R\$ 47.520,00
TOTAL ALMOÇO	R\$ 106.560,00	R\$ 47.520,00
TOTAL PERÍODO	R\$ 128.760,00	R\$ 57.420,00

TOTAIS	
R\$	32.100,00
R\$	-
R\$	154.080,00
R\$	154.080,00
R\$	186.180,00

Dos Totais

DESCRIÇÃO	VALORES	
Valor repassado pela SEDS - custeio das refeições	R\$	591.710,00
Valor repassado pela SEDS - Implantação	R\$	1.000.000,00
Valor repassado pela Prefeitura - Custeio das refeições	R\$	591.710,00
Valor pago pelo usuário - café da manhã	R\$	32.100,00
Valor pago pelo usuário - almoço	R\$	154.080,00
TOTAL	R\$	2.369.600,00

10 - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Descrição Das Despesas	Percentual Médio de Aplicação dos recursos
Recursos Humanos (1)	41%
Gêneros Alimentícios	48%
Outros Materiais de Consumo (2)	3%
Outros Serviços de Terceiros (3)	2%



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

Locação de Imóvel	0%
Utilidades Públicas (4)	2,75%
Manutenções e Adaptações	2,75%
Despesas Financeiras e Bancárias	0,05%
Outras Despesas Inerentes ao Objeto da Parceria (5)	0,45%

- (1) Salários, encargos e benefícios, podendo ser incluído até 02 salários mínimos para o Presidente da Organização, à título de ajuda de custo. A ajuda de custo para o Presidente da OSC será repassada por apenas uma unidade, independente do gerenciamento de outras unidades, considerando o disposto no inciso I, do artigo 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.
- (2) Aquele cuja duração é limitada a curto lapso de tempo. Exemplos: artigos de escritório, de limpeza e higiene, material elétrico e de iluminação, descartáveis, artigos de mesa, combustíveis etc.
- (3) Contadores (Prever todos os serviços contábeis anuais no contrato), Advogados, Locações Diversas mediante autorização da SEDS, Fretes e Carretos, Software e Seguros em Geral.
- (4) Cobertura de despesas com o consumo de energia elétrica, água, esgoto, gás encanado, habilitação e utilização de telefonia fixa, internet, etc.
- (5) Aplicar obrigatoriamente o percentual dos recursos com ações de inovação, conforme previsto na proposta, sob pena de aplicação das penalidades.
- (6) No rol exemplificativo incluir também as aquisições e os compromissos que não são classificados contabilmente como despesas, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes.
- (7) Na celebração dos contratos de locação deverá a OSC/Prefeitura negociar com o locador o valor decorrente do aluguel em razão da função essencial no fornecimento de refeições em favor da população em vulnerabilidade social e insegurança alimentar

Observação 1:

A utilização dos recursos de cada grupo poderá variar até 10% para menos ou para mais, de acordo com as necessidades identificadas para a Unidade e suas especificidades

Os recursos relativos a adequação do imóvel e aquisição e instalação dos equipamentos serão utilizados integralmente para a finalidade específica.

A utilização dos recursos destinados para a adequação do veículo e aquisição dos equipamentos que serão utilizadas para as refeições transportadas será de forma integral (100%).

11 - DO REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos necessários para a aquisição e instalação dos equipamentos serão repassados pela SEDS em parcela única, em até 30 dias após a assinatura do Termo de Colaboração, pela Secretaria de Desenvolvimento Social.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

Os recursos relativos ao custeio das refeições serão repassados semanalmente tanto pela Secretaria de Desenvolvimento Social e como pela Prefeitura do Município, mediante a transmissão, por meio de sistema eletrônico, de documento intitulado Carta Recibo com o número das refeições efetivamente servidas na semana imediatamente anterior.

12 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas e comprovação das despesas deverá seguir os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 13.019/2014, artigos 33, 49, 63 a 72, em consonância com os Decretos Estaduais 45.547, de 26/12/2000 e alterações posteriores 61.981, de 20/05/2016 e ainda com as Instruções N.º 01/2020 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

12.1 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

- I. Até que se institua o portal de que trata o artigo 66 da referida Lei, as OSC deverão apresentar Prestação de Contas Mensal, contendo:
 - a) Carta Recibo, contendo o número de refeições efetivamente servidas, subscrita pelo representante legal da OSC;
 - b) Relatório de execução financeira com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas com os recursos provenientes do ajuste, por meio digital;
 - c) Extrato bancário das contas (corrente e de aplicação) vinculadas aos repasses oriundos do Termo de Colaboração, por meio digital.

12.2 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

- II. Quanto à prestação de contas anual, esta deverá conter a documentação abaixo relacionada em conformidade com as Instruções N.º 01/2020 do TCE/SP, devendo serem entregues até o último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente:
 - a) certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da organização da sociedade civil, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do termo de colaboração/fomento;
 - b) relatório anual de execução do objeto, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto do ajuste e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados e, o relatório de execução financeira, ambos assinados pelo representante legal da organização da sociedade civil; e, o financeiro, pelo contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;
 - c) demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de colaboração e/ou de fomento, conforme modelo contido no Anexo 14, o qual, modelo segue o presente Plano de Trabalho;
 - d) relação dos contratos e respectivos aditamentos, firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela organização da sociedade civil para os fins estabelecidos no termo de colaboração ou de fomento, contendo: tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor e condições de pagamento;
 - e) conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira pública, indicada pelo órgão ou entidade da administração pública, para movimentação dos recursos do termo de colaboração ou de fomento, acompanhada do respectivo extrato bancário;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

- f) publicação do Balanço Patrimonial da organização da sociedade civil, dos exercícios encerrado e anterior;
- g) demais demonstrações contábeis e financeiras da organização da sociedade civil, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;
- h) certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;
- i) na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova dos respectivos registros contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;
- j) declaração atualizada de que o quadro diretivo da organização da sociedade civil não possui parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;
- k) declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a parentes até 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigentes da organização da sociedade civil, ou de agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;

§ 1º – Os documentos previstos nos incisos acima serão remetidos, a esta Pasta, acompanhados de ofício, assinado pelo responsável, fazendo referência ao número do processo do Chamamento Público ou Termo de Colaboração.

§ 2º – Os documentos originais de receitas e despesas referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e os de origem pública, vinculados ao termo de colaboração ou de fomento, depois de contabilizados, ficarão arquivados na organização da sociedade civil, por 10 (dez) anos após o trânsito em julgado da matéria, à disposição desta Secretaria.

12.3 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DE IMPLANTAÇÃO

A prestação de contas dos recursos destinados a implantação se dará em até 30 dias da inauguração da Unidade.

COSAN/ BP, 01 de abril de 2024.

FREDERICO HANNAH MATTAR ROZANSKI
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional
Coordenador

Anexo VI – Toldos

Serviço	Preço
Toldo fixo de lona PVC, com proteção solar, antifungo, antichama, com alta resistência a rasgo e furo e com estrutura de aço galvanizado	4.400,00